



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica, e atendimento emergencial, com cobertura total de peças de reposição e demais materiais, por meio de equipe especializada não residente, nos seguintes aparelhos de transporte vertical da Procuradoria Geral do Estado: 3 (três) plataformas elevatórias verticais para portadores de deficiência; e 1 (um) monta-carga.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

**2.1** A contratação de empresa especializada na prestação do serviço de manutenção dos aparelhos de transporte vertical (elevadores) visa garantir a preservação da vida útil dos aparelhos, o bom funcionamento e a segurança dos usuários. Ademais, a contratação evita prejuízos que podem ser causados ao patrimônio público pela falta de manutenção regular dos aparelhos.

#### 3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1** Os serviços serão levados a efeito na sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro- PGE/RJ, situada à Rua do Carmo, nº 27, Centro, Rio de Janeiro – RJ, e nas dependências da Câmara de Resolução de Litígios de Saúde CRLS, localizada na Rua da Assembleia, nº 77, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

#### 4. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS APARELHOS DE TRANSPORTE

**4.1** As especificações gerais das plataformas elevatórias verticais são as seguintes:

**A) Equipamento: Plataforma de percurso vertical PL-200, número de série 8.664.**

1. Fabricante: MONTELE ELEVADORES
2. Modelo: PL-237;
3. Classe: Público – Semi-cabinada – 275kg;
4. Acesso: Lados opostos;
5. Número de paradas: 3;
6. Percurso: 323 cm;



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

7. Acabamento: Em pintura eletrostática em cor cinza;Portão Embarque: 2,00 metros;
8. Portão embarque: 2,00 metros
9. Portão Desembarque: 2,00 metros;
10. Número de Portões: 3;
11. Instalação elétrica: 220 trifásica;
12. Rebaixo no piso de 10 cm;
13. Rampa: não;
14. Instalação em ambiente externo, exposto às intempéries: não;
15. Içamento e transporte interno especial: não;
16. Altura do último pé direito: 270 cm;
17. Rampa de embarque: Não necessita;
18. Dispositivo de resgate: Automático (Auto-safe);
19. Portão de embarque: 2,00m;
20. Portão intermediário: 2,00m;
21. Portão de desembarque: 2,00m.

### **B) Equipamento: Plataforma de percurso vertical PL-200, número de série 8.665.**

1. Fabricante: MONTELE ELEVADORES
2. Modelo: PL-237;
3. Classe: Público – Semi-cabinada – 275kg;
4. Acesso: Mesmo lado;
5. Número de paradas: 2;
6. Percurso: 330 cm;
7. Acabamento: Em pintura eletrostática em cor cinza;
8. Portão Embarque: 2,00 metros;
9. Portão Desembarque: 2,00 metros;
10. Número de Portões: 2;
11. Instalação elétrica: 220 trifásica;
12. Rebaixo no piso de 10 cm;
13. Rampa: não;
14. Instalação em ambiente externo, exposto às intempéries: não;
15. Içamento e transporte interno especial: não;



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

16. Altura do último pé direito: 240 cm;
17. Rampa de embarque: Não necessita;
18. Dispositivo de resgate: Automático (Auto-safe).

### **C) Equipamento: Plataforma de percurso vertical PL-200, número de série 8460.**

1. fabricante: MONTELE ELEVADORES
2. modelo: PL-237 P;
3. capacidade: 275 kg;
4. velocidade: 6 m/min;
5. motor elétrico: 2 CV, 1.720 rpm, 60 Hz, trifásico (220/380V);
6. comando: manual de atuação constante com parada automática nos pavimentos; chave na cabina;
7. acionamento: fuso de aço com rosca trapezoidal e bucha auto lubrificante;
8. construção: modulada em chapas e perfis de aço com ligações parafusadas com parafusos de alta resistência;
9. guarda corpo de segurança: em laterais sem acesso;
10. barreira de proteção: braço tipo basculante;
11. segurança: chaves de fim de curso, microrrotores de interferência no percurso e acoplamento por embreagem cônica automática;
12. auto-safe: sistema de resgate automático em caso de falta de energia;
13. classe: restrito, semi-cabinada;
14. medida da cabina: 0,90 m (largura) x 1,40 m (profundidade);
15. paradas: 2;
16. percurso: 3,15 m;
17. acabamento: pintura eletrostática;
18. portões de embarque: 2,00 m; e
19. número de portões: 2.

### **D) Equipamento: MONTA-CARGAS**

1. fabricante: ELETRO METALÚRGICA SITOMOR LTDA;
2. modelo: EXPLORER 300;



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

3. paradas: duas;
4. entradas: duas;
5. prumadas: duas frontais;
6. percurso: do pavimento térreo ao subsolo;
7. velocidade aproximada: 15 m/min;
8. capacidade: 300 kg (carga útil);
9. acabamento: aço inoxidável escovado;
10. máquina: tambor; motor elétrico de resistência interna, tensão alternada, 220 volts trifásicos, 60 ciclos; freio automático de tensão retificada, acionado por meio de molas especiais interrompendo a marcha do elevador; instalação por cima da caixa;
11. quadro de comando: automático simples com lógica elétrica, para atender as paradas;
12. cabine: aço inoxidável escovado, com peliculador de proteção; dimensões: 1,0 m de largura, 1,0 m de profundidade e 1,2 m de altura; sem prateleira;
13. plataforma: montada em armação de aço carbono;
14. guias: perfilados T-50, conforme NBR-NM196;
15. limites e chaves de paradas: chaves do tipo eletro-mecânico para limites fim de curso e paradas da cabine;
16. botoeiras: botoeiras nos andares com indicador luminoso em uso e alarme para advertência de portas abertas nos andares; placas de cobertura das botoeiras em aço inoxidável com acabamento escovado, com marcações 1 e 2;
17. portas: pantográficas em barras e perfis de ferro, montadas em estrutura de aço carbono e colocadas rente ao piso; e
18. segurança: portas dos andares providas de fecho eletromecânico, que não permitem a partida da cabine com estas abertas.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**4.2** Os equipamentos descritos nas alíneas A) e B) estão localizados na Câmara de Resolução de Litígios de Saúde, enquanto aqueles discriminados nas alíneas C) e D) estão instalados na Sede da Procuradoria Geral do Estado.

### 5. DEFINIÇÕES E CONCEITOS

**5.1** Seguem algumas definições que serão utilizadas nesta contratação:

**a) Assistência:** Conjunto de atividades que envolvem a prestação de serviços em geral, por profissional que detém conhecimento especializado em determinado campo de atuação profissional, visando suprir necessidades técnicas.

**b) Inspeção:** Avaliação do estado de equipamento e de suas partes constituintes, realizada para orientar as atividades de manutenção.

**c) Conservação:** A permanência de um aparelho de transporte em perfeito estado de funcionamento e segurança.

**d) Plano de Manutenção:** Conjunto de inspeções periódicas destinadas a evitar a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente do equipamento, definidas em função das características dos componentes do aparelho de transporte, de orientação dos fabricantes ou fornecedores e de dispositivos legais, incluindo metas, metodologia, cronograma, execução, supervisão e administração permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, mantendo sempre em perfeito funcionamento, confiabilidade e segurança os aparelhos de transporte.

**e) Manutenção:** Conjunto de atividades técnicas e administrativas a serem realizadas, de natureza preventiva e corretiva, para preservar ou recuperar a capacidade funcional do aparelho de transporte e de suas partes constituintes, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, integridade física, rendimento e ponto ótimo de operação.

**f) Manutenção Preventiva:** Atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes do aparelho de transporte. Compreende a execução das rotinas estabelecidas de um Plano de Manutenção.

**g) Manutenção Corretiva:** Atividade de manutenção executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes do aparelho de transporte, caracterizada por



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

serviços planejados ou não. Estes serviços serão executados de modo a não prejudicar o funcionamento normal do edifício, sempre que possível, sendo prioritária a realização daqueles que provoquem qualquer interferência na operação ou incômodo aos usuários.

**h) Vistoria:** Consideração de um fato, mediante exame circunstanciado e descrição minuciosa dos elementos que o constituem, objetivando sua avaliação pormenorizada.

**i) Emergência:** São os casos onde existem passageiros presos nas cabinas ou acidentes com usuários. Também será atendida como emergência a paralisação total de algum dos aparelhos de transporte.

### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS

**6.1** A presente contratação deverá assegurar que os equipamentos acima citados se mantenham em uso regular, eficiente, seguro e econômico.

**6.2** Os serviços de manutenção deverão ser prestados de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso. Os manuais do fabricante serão o elemento base para a execução do serviço ou fornecimento de componentes e materiais, junto com as especificações da ABNT. Quando estas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as normas de órgãos/entidades reconhecidos como referência técnica.

**6.3** A Contratada deverá colocar à disposição da PGE-RJ pessoal habilitado à realização dos serviços contratados, nos locais, prazos e horários definidos conforme abordado neste documento, e anexo de rotinas mínimas. A Contratante poderá solicitar que o responsável técnico pelo contrato compareça a reuniões eventuais presencialmente.

**6.4** A contratação abrange os serviços de inspeções de segurança, rotineiras, ou de acordo com a solicitação da Fiscalização do contrato; inspeção anual com emissão de laudo; substituição de placas de sinalização (avisos), alarmes sonoros de emergência, cabos de aço; polias; dobradiças e amortecedores de portas; coroa; correias; motores e seus respectivos roletes, patins, rolamentos e escovas; de cabos de manobra, botoeiras, laterais de cabina e pavimentos e de outras peças/componentes, sejam mecânicos, elétricos ou eletrônicos, que atinjam o término do seu tempo de vida útil, ou apresentem defeito, estando incluídos também os procedimentos de pintura, reparo, desempenho e soldagem.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**6.5** Havendo a necessidade de troca de peças, seja por força de manutenção preventiva, seja pela ocorrência de manutenção emergencial, a Fiscalização do Contrato anotará, em formulário próprio, o prazo para a apresentação da peça, que será adquirido pela Contratada, sem ônus para a PGE. Será necessário apresentar à Fiscalização da PGE-RJ, para seu aceite ou não, todos os componentes, peças e acessórios fornecidos, novos e sem uso, acondicionados nas suas respectivas embalagens, previamente à sua aplicação.

**6.6** A contratada deverá afixar nas cabinas dos aparelhos de transporte, em lugar visível, placa em material resistente, o nome da Contratada e o respectivo endereço e telefone. Durante os serviços de manutenção, que impliquem em paralisação do equipamento, deverão ser utilizadas placas de sinalização de segurança, quando cabível para cada tipo de serviço, como por placas do tipo “Em manutenção”.

**6.7** Em até 15 (quinze) dias úteis após o início da execução do serviço, a Contratada deverá elaborar e apresentar na Assessoria de Serviços da PGE-RJ um Relatório de Vistoria Inicial de todos os aparelhos de transporte objeto deste instrumento, especificando detalhadamente a situação em que se encontram.

**6.8** Em até 30 (trinta) dias úteis após o início da execução dos serviços, a Contratada deverá elaborar e apresentar na Assessoria de Serviços da PGE-RJ, para aprovação da Contratante, um Plano de Manutenção, com as periodicidades das rotinas assinaladas em função da experiência da Contratada e recomendações de fabricantes e fornecedores, assim como da legislação e normas aplicáveis, incorporando os seguintes pontos essenciais:

- a) abrangência de todos os componentes dos aparelhos de transporte;
- b) planejamento com indicação dos prazos e frequências de execução de inspeções e vistorias periódicas e detalhamento dos serviços de manutenção preventiva com delineamento dos procedimentos a serem realizados e as peças e acessórios a serem substituídos, compreendendo, também, lubrificação, trocas de óleo, limpeza e regulagem de todas as partes dos equipamentos. A frequência da manutenção periódica não deverá ser superior a 30 dias seguidos, em cada aparelho;
- c) previsão dos testes/inspeções de segurança necessários, conforme legislação em vigor e Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT vigentes, especialmente do



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

teste do item freio de segurança, cujo ensaio deverá ser feito, no mínimo, anualmente, com carga na cabina.

**6.9** Todos os procedimentos e rotinas de manutenção preventiva constantes do Plano de Manutenção deverão ser continuamente avaliados, ajustados e complementados pela Contratada, de modo a permanecerem sempre atualizados ao longo da evolução tecnológica e consistentes com as necessidades e experiência adquirida na gestão da manutenção.

**6.10** A Manutenção Preventiva deverá compreender, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:

**a)** Lubrificação de todos os componentes indicados pelas recomendações técnicas, com o emprego de lubrificantes adequados, respeitando as normas ambientais;

**b)** Limpeza em geral nos seguintes locais:

1. caixa de cada equipamento, principalmente junto às portas dos pavimentos e o poço, eliminando qualquer acúmulo de água;
2. casa de máquinas e a casa de polias que devem ser mantidas limpas e livres de óleo ou graxa;
3. parte superior externa da cabine do aparelho de transporte; e
4. todos os dispositivos de comando e controle do aparelho de transporte, devem ser mantidos limpos e livres de poeira, óleo ou graxa.

**c)** Reaperto de todas as fiações de energia, de comunicação dos disjuntores e itens correlatos;

**d)** Verificar desgaste de polias, de cabos tracionadores, sem-fins e manilhas. Verificar e reparar portas pantográficas e dobradiças, fechos elétricos e demais itens correlatos;

**e)** Verificar, reajustar e alinhar as plataformas e paredes das cabines e demais itens correlatos;

**f)** Verificação de cargas nas frações de alimentação e de comunicação do sistema de energia elétrica, devendo ser substituídos, sempre que necessário, disjuntores, fiação e protetores elétricos;

**g)** Verificação das condições de funcionamento e de segurança e realização de regulagens e ajustamentos.





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**6.11** O resultado das inspeções anuais observará o quanto estabelecido em regulamento e deverá ser apresentado de acordo com o modelo aprovado pelo órgão municipal competente.

### **DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVICOS**

**6.12** Os serviços que serão levados a efeito em decorrência de chamados de Fiscalização, deverão obedecer à seguinte grade horária:

**6.12.1** Após a chegada ao local de atendimento, a Fiscalização anotarà em formulário próprio os prazos máximos concedidos para o atendimento da emergência, de acordo com a complexidade da situação e a necessidade de aquisição de peças.

**6.13** Para os chamados **emergenciais**, a cobertura contratada deverá ser de 24 x 7 – serviço ininterrupto, todos os dias da semana, inclusive feriados, mediante plantão acessado por meio de telefones. Nestes casos, a contratada deverá chegar no local da ocorrência nos seguintes prazos:

a) em **até 01 (uma) hora** do chamado da Fiscalização do Contrato, com técnicos aptos ao atendimento e com o ferramental necessário, quando existirem pessoas presas na cabine do elevador;

b) em até **01 (um) dia útil** para os casos de equipamento que apresentem paralisação total.

**6.14 Manutenção preventiva** e/ou vistoria periódica por qualquer necessidade da Fiscalização e **Manutenção Corretiva**: a Fiscalização poderá realizar o chamado das **(7h às 20h)**, de segunda à sábado, devendo o atendimento, com solução do problema/ da ocorrência, ocorrer em até 02 (dois) dias úteis.

**6.15** Nenhum dispositivo de segurança pode ser desligado ou tornado inoperante, exceto para realização de testes ou inspeções e manutenções, devendo ser colocado em operação assim que os mesmos forem terminados.

**6.16** A equipe de atendimento a chamados deverá possuir estrutura adequada, a critério da Contratada, e dispor de pelo menos duas linhas telefônicas (recomendável a adoção de



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

comunicação por transmissores portáteis) e de veículos apropriados, estando permanentemente disponibilizada para emergências, a qualquer hora do dia ou da noite.

**6.17** Os serviços de manutenção, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos nos períodos estabelecidos. Entretanto, caso a natureza dos serviços a serem executados possam causar interrupções no funcionamento total dos aparelhos de transporte ou qualquer transtorno ao andamento normal dos trabalhos da PGE-RJ, esses serviços deverão ser reprogramados para execução aos sábados, sem acréscimo e sem ônus adicional para a PGE-RJ e mediante prévio entendimento com a Assessoria de Serviços da PGE-RJ.

**6.18** A Contratada deverá fornecer à PGE-RJ instruções escritas sobre o uso do aparelho de transporte, previamente aprovadas pelo órgão municipal competente, sobre o comportamento a ser adotado nos casos de interrupções do funcionamento ou defeito e sobre as precauções de segurança.

**6.19** A Contratada e a Fiscalização do Contrato manterão um registro de controle das visitas de conservação de rotina ou das manutenções corretivas ou preventivas, dos chamados, das vistorias de inspetores ou supervisores, das visitas do responsável técnico e das vistorias da fiscalização municipal ou de seus credenciados, inclusive as relativas à inspeção anual, observando:

- a) o registro deverá ficar fixado em local apropriado, com descrição do que foi executado na visita e assinado pela Contratada e supervisor;
- b) sempre que houver atendimento a um aparelho de transporte a visita será, obrigatoriamente, registrada no impresso apropriado, com o carimbo da CONTRATADA, permanecendo uma cópia sob a guarda e responsabilidade da PGE-RJ.

**6.20** Será mantido um processo eletrônico de fiscalização na PGE-RJ para registro e acompanhamento, pelas partes, das falhas ocorridas nos aparelhos de transporte, com indicação do horário de acontecimento, forma inicial de comunicação utilizada, fato motivador e horário do saneamento dos problemas, peças substituídas, bem como para registro de qualquer anormalidade verificada.

**6.21** A comunicação da Contratada com a Fiscalização será feita por meio de Preposto.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### 7. DAS NORMAS APLICÁVEIS

**7.1.** Na presente contratação são aplicáveis as seguintes legislações:

**7.1.1 Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**7.1.2 Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

**7.1.3 Decreto nº 41.203 de 03 de março de 2018** - Dispõe sobre a contratação de serviços continuados pelos órgãos e entidades da administração estadual direta e indireta e dá outras providências.

**7.1.4 Lei ordinária Municipal nº 2.743, de 07 de janeiro de 1999**, com suas alterações.

**7.1.5** A Contratada será ainda diretamente responsável pela estrita observância dos códigos e das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e instruções e resoluções dos órgãos do Sistema CONFEA-CREA (Conselhos Federal e Regional de Engenharia e Agronomia) e da Gerência de Engenharia Mecânica – GEM (Companhia Municipal de Energia e Iluminação da Prefeitura do Rio de Janeiro).

**7.1.6** O fornecimento de toda a documentação referente aos órgãos de controle Federais, Estaduais e Municipais, sempre que solicitado pela Fiscalização de Contratos, será sem ônus ou acréscimos para a Contratante.

### 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**8.1** Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**a)** um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na forma do artigo 30, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail ou telefax de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

**a.1)** Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução concomitante do objeto.

**a.2)** A Procuradoria Geral do Estado poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que o licitante deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação, tais como, cópia(s) do(s) contrato(s) respectivo(s), endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. **b)** Registro ou inscrição perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, válida na data da apresentação da proposta.

**b.1.)** Caso o licitante seja de outro Estado da Federação, será necessário o visto do CREA/RJ apenas no momento da contratação (assinatura do contrato) e não da licitação.

**c)** Credenciamento, em nome da licitante, comprovando estar legalmente habilitada junto à Gerência de Engenharia Mecânica – GEM/RIOLUZ, pertencente à RIOLUZ – Companhia Municipal de Energia e Iluminação, para exercer as atividades como empresa de manutenção e conservação de aparelhos de transporte vertical (elevadores), do tipo elevador de passageiros ou elevador de carga ou monta-carga, em conformidade com o caput do art. 45 da Lei Municipal nº 2.743 de 07 de janeiro de 1999.

**d)** Declaração de Responsabilidade Técnica – Anexo ... - na qual deverá constar a qualificação do(s) responsável(is) técnico(s), pela execução dos serviços, assinada por todos os indicados e pelo representante legal da licitante, com a comprovação da experiência anterior e o respectivo vínculo, conforme abaixo:

**d.1)** O licitante deverá demonstrar que possui no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional ou profissionais de nível superior detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica que comprove(m) a execução das seguintes atividades em características técnicas similares às do objeto da presente licitação, nos seguintes termos:



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Engenheiro Mecânico: Comprovação de experiência na área de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de transporte vertical (elevadores), nos termos descritos neste Termo de Referência.

**d.2)** O licitante deverá apresentar, como comprovação de capacitação técnico-profissional, Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, do profissional(is) indicado(s) na alínea “c”, na área de Engenharia Mecânica, reconhecida pelo CREA na data prevista para a entrega da proposta, que possua(m) Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), por execução de serviços semelhantes ao objeto do presente Edital.

**d.3)** A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro da Entidade Competente, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, considerando-se o prazo máximo razoável para tanto;

**d.4)** Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social da licitante comprovará o vínculo.

**d.5)** Serão inabilitados todos os licitantes que apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, para comprovação de qualificação técnica.

**e)** comprovação, por meio da apresentação da Declaração de Realização de Vistoria, elaborada de acordo com o Anexo ...

**e.1)** É facultado ao licitante comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com os elevadores instalados, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

**e.2)** O licitante, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar munido de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria, devendo o representante legal da licitante assiná-lo, reconhecendo firma, e solicitar a assinatura do servidor do órgão licitante responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida,



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

**e.3)** A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolve não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração do licitante no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual do local, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução. Essa Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual deverá ser elaborada de acordo com o Anexo ..., devendo o representante legal da licitante assiná-lo, reconhecendo firma, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

**e.4)** O agendamento para a realização da visita física para a realização de vistoria técnica poderá ser feito por meio do telefone (21) 2332-7272, em dias úteis nos horários de 10h às 12h e de 14h às 17h. As visitas físicas para a realização de vistoria técnica deverão ser agendadas pela Procuradoria do Estado, isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

### 9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

**9.1** O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses** a contar da data constante no Memorando de Início de Serviços, desde que posterior da data da publicação do extrato do contrato no D.O. do Estado do Rio de Janeiro.

**9.1.1** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### 10. DA GARANTIA CONTRATUAL

**10.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de início dos serviços, constante no Memorando de Início dos Serviços expedido pela Fiscalização da PGE, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº. 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade durante toda a vigência do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**10.2** A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

**10.3** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**10.4** Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco inteiros por cento) do valor do Contrato.

**10.5** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

### 11. DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

**11.1** Exigir-se-á do licitante vencedor, na data de início dos serviços, uma **apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral**, com cobertura contra acidentes, que deverá ser renovada sempre que necessário, a fim de garantir o reembolso de indenizações pagas em consequência de lesões corporais ou danos materiais, provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelas quais venha a responder civilmente.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### 12. DA FISCALIZAÇÃO

**12.1** Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, precipuamente pela Assessoria de Serviços da PGE-RJ, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

**12.2** A PGE-RJ manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

**12.3** A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

**12.4** Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

**12.5** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

**12.6** A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

1. aprovar o Plano de Manutenção a ser apresentado pela Contratada no início dos trabalhos;
2. solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou seqüência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas, profissionais ou pessoas;
3. paralisar ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o Plano de Manutenção, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
4. solicitar a substituição de materiais, peças, componentes, ferramental e utensílios que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;





## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

5. solicitar a realização de testes, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;
6. exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
7. aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada;
8. certificar os lançamentos efetuados no Processo de Fiscalização;
9. aprovar o Relatório de Execução dos Serviços;
10. avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato; e
11. Aplicar o Acordo de Nível de Serviços-ANS (anexo).

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**13.1** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

**13.2** Manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e confiabilidade, mediante a conservação, manutenção e correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças e componentes, quando necessário, e utilizar sinalização de segurança quando cabível para cada tipo de serviço, como placas do tipo “EM MANUTENÇÃO”.

**13.3** Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços, **preposto(s)** para representar administrativamente sempre que for necessário e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, bem como solucionar qualquer problema relacionado com a sua execução, qualidade e procedência dos materiais, peças e componentes, dentre outros, indicando: nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**13.4** Responder pelos atos e omissões de seu(s) preposto(s), empregados, e demais pessoas que utilizar na execução dos serviços contratados.

**13.5** Informar a PGE-RJ os números de telefone (fixo ou celular) de plantonista para abertura de chamados, em casos de urgência, principalmente para atender a emergências noturnas, em fins de semana ou feriados, se a situação o exigir.

**13.6** Disponibilizar, **em até 02 (dois) dias úteis após cada término de mês**, relatórios gerenciais (formato de planilha eletrônica) e quando solicitado impresso, abrangendo, entre outras:

- a)** inventário dos aparelhos de transporte, contendo, no mínimo, o fabricante, características, capacidade e utilização;
- b)** identificação individual do aparelho de transporte com o histórico da intervenção, o problema apresentado e a solução adotada;
- c)** data das manutenções e tempo médio de atendimento, com identificação do funcionário que efetuou os serviços;
- d)** data e tempo de atendimento das chamadas de emergência, com identificação do problema ocorrido;
- e)** data da realização das visitas técnicas, identificando os profissionais responsáveis.

**13.7** A Contratada deverá responder por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio da PGE-RJ, ou de terceiros, ainda que decorrentes de omissão involuntária, referentes as suas obrigações contratuais, devendo ser adotadas, imediatamente ou no prazo estabelecido pela Fiscalização, as providências necessárias ao ressarcimento, bem como, responsabilizar-se, inteira e exclusivamente, pelas eventuais perdas e extravios de seus materiais, equipamentos e insumos no decorrer da execução dos serviços.

**13.8** A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas e sem qualquer ônus para a PGE-RJ, total ou parcialmente, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, imediatamente ou no prazo estabelecido pela Fiscalização. Ademais, será concedida garantia de 90 (noventa) dias para os componentes, peças, maquinismos, equipamentos e acessórios substituídos nos aparelhos da PGE.



## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**13.9** Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência da PGE-RJ.

**13.10** Exigir que os empregados se apresentem para a execução dos serviços obrigatoriamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual – EPI, devidamente limpos e identificados com crachá da CONTRATADA.

**13.11** Respeitar as normas de acesso às dependências da PGE e a Norma de Higiene e Segurança do Trabalho.

**13.12** Atender às observações e reclames da FISCALIZAÇÃO (Assessoria de Serviços da PGE-RJ) concernentes à execução dos serviços

**13.13** Responsabilizar-se pelos danos produzidos a terceiros causados pelo funcionamento imperfeito ou por acidentes que resultem da conservação inadequada ou de ausência de condições de segurança.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**14.1** Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

**14.2** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

**14.3** Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços.

**14.4** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, observando o Acordo de Nível de Serviço - ANS.

**14.5** Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as tarefas.

**14.6** Observar e por em prática as recomendações feitas pela CONTRATADA quando julgar pertinente ou oportuno, no que diz respeito a condições, segurança, uso e funcionamento dos aparelhos de transporte.

**14.7** Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Termo de Referência.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**15.1** Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
<b>09610.1.03.122.0002.2016 - Manut Ativid Operacionais / Administrativas</b>	<b>3.3.90.39.70 - Serviços de Manutenção de Elevadores</b>	<b>232/230</b>

### 16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**16.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (**atualmente Banco Bradesco S/A**), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**16.1.1** No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, ou caso verificada pelo Órgão Gestor a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

**16.2** A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à Fiscalização da PGE, sito à Rua do Carmo, 27, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ

**16.3** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**16.4** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos fiscais do contrato.

**16.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**16.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumido - INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**16.7** Os pagamentos serão realizados mensalmente, após o atesto da nota fiscal/fatura, pela fiscalização da PGE.

### 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**17.1** A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

**17.2** A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

**17.3** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

### 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**18.1** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por "serviços novos, extras ou adicionais".

**18.2** Considerar-se-á a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

**18.3** Os serviços técnicos constantes desta Especificação Técnica **não poderão ser subcontratados ou sublocados**, devendo ser executados por pessoal próprio da Contratada, que deverá ser a única responsável por sua boa execução.

### ANEXO ÚNICO: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

#### EMPRESA:

**1 - FINALIDADE:** Garantir a qualidade dos serviços prestados.

**2 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO:** Utilização do Processo da Fiscalização para os registros individualizados de cada possível pontuação, que deverá ser preenchido tempestivamente à cada ocorrência.

**3 - JUSTIFICATIVA:** A Contratada poderá apresentar justificativa para todos os registros passíveis de pontuação, passível de análise e deliberação por parte da Fiscalização do Contrato antes da aplicação da pontuação na fatura da Contratada.

#### 4 - PONTUAÇÃO:

	Item	Pontos	Critério
1	Nos Chamados Emergenciais a cobertura contratada deverá ser de 24 x 7 – serviço ininterrupto, todos os dias da semana, inclusive feriados e, deverá chegar no local da ocorrência nos seguintes prazos: em <u>até 01 (uma) hora</u> do chamado da Fiscalização do Contrato, com técnicos aptos ao atendimento e com o ferramental necessário, quando existirem pessoas presas na cabine do elevador; em até <u>01 (um) dia útil</u> para os casos de equipamento que apresentem paralização total.. Item 6.13	2,0	Número de vezes em que a Fiscalização do Contrato não foi atendida pela Contratada ou observar que não foram atendidos os chamados emergenciais dentro do prazo.
2	Nas manutenções preventivas, nas ocorrências ou na manutenções corretivas, a Fiscalização poderá	1,0	Número de dias em que a Contratada ultrapassar o prazo para



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

	realizar o chamado das <b>(7h às 20h)</b> , de segunda à sábado, devendo o atendimento, com solução do problema/ da ocorrência, ocorrer em até 02 (dois) dias úteis. Item 6.14		o atendimento.
3	Disponibilizar, <b>em até 02 (dois) dias úteis após cada término de mês</b> , relatórios gerenciais (formato de planilha eletrônica) e quando solicitado impresso. Item 13.6	1,0	Número de dias em que a Contratada ultrapassar o prazo para a apresentação dos relatórios gerenciais.
4	A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas e sem qualquer ônus para a PGE-RJ, total ou parcialmente, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, imediatamente ou no prazo estabelecido pela Fiscalização. Ademais, será concedida garantia de 90 (noventa) dias para os componentes, peças, maquinismos, equipamentos e acessórios substituídos nos aparelhos da PGE. Item 13.8	1,0	Número de vezes que a Contratada deixar de reparar ou corrigir os trabalhos com vícios ou defeitos no prazo estabelecido pela Fiscalização.
5	Exigir que os empregados se apresentem para a execução dos serviços obrigatoriamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual – EPI, devidamente limpos e identificados com crachá da CONTRATADA. Item 13.10	1,0	Número de vezes que a Fiscalização observar o descumprimento da exigência.

**5 - PERIODICIDADE:** Mensal. **INÍCIO DA MEDIÇÃO:** A partir do 2º mês do início da execução dos serviços.

**6 - MECANISMO DE CÁLCULO:** Somatório da pontuação relativa a cada não atendimento aos critérios definidos na tabela acima.

**7 - FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:**

- 02 a 06 pontos = recebimento de 99% da fatura do mês referente;
- 07 a 11 pontos = recebimento de 98% da fatura do mês referente;
- > que 11 pontos = recebimento de 97% da fatura do mês referente e comunicação ao superior para análise da adoção de outras providências.

**8 - PLANILHA DE CONTROLE DOS ITENS PONTUADOS/SOMATÓRIO DE DESCONTO:**

Mês de referência/ano	Item	Anotação - Local	Pontuação
-----------------------	------	------------------	-----------



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

xxxxxxxxx/202X.	-	Sem ocorrências	-
<b>Total:</b> 0 pontos (recebimento de 100% da fatura)			

### 9 - DATA DO ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO DO ANS PARA A CONTRATADA, APÓS A APURAÇÃO:

<b>Dia:</b> 00 de xxxxxxxx de 2020.	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Por meio eletrônico ou</b></li><li>• <b>Pessoalmente, por meio de representante da Contratada</b></li></ul>
-------------------------------------	--

### OBSERVAÇÕES:

- a) As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços;
- b) Para a validação de cada ocorrência anotada no Processo de Ocorrências, pela Fiscalização da PGE/RJ, de forma a possibilitar o seu cômputo na tabela de pontuação;
- c) A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle;
- d) Mensalmente, após o último dia do mês, a Fiscalização do Contrato da PGE/RJ deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do acordo de serviço, comunicando a Contratada sobre o resultado até o segundo dia útil do mês subsequente. A comunicação poderá ser feita pessoalmente, ou por meio eletrônico;
- e) Cada Nota Fiscal será encaminhada pela Comissão de Fiscalização da PGE ao seu Setor Financeiro junto com o referente formulário de ANS preenchido.